Recomendações gerais para a realização de relatórios periciais de clínica forense no âmbito do Direito Penal

Autor(es): Magalhães, Teresa; Corte-Real, Francisco; Santos, Jorge Costa; Vieira, Duarte Nuno

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/33171>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1647-8630_20_7

Accessed : 26-Apr-2023 15:38:41

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA PORTUGUESA

do Dano Corporal

Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
al Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
al Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
no Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
al Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
no Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
no Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal

JUN. 2010 • ANO XIX • N.º 20

APADAC
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE AVALIAÇÃO
DO DANO CORPORAL

INSTITUTO NACIONAL
DE MEDICINA LEGAL, I.P.
DELEGAÇÃO DO CENTRO

I
U
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Recomendações gerais para a realização de relatórios periciais de clínica forense no âmbito do Direito Penal*

Teresa Magalhães^{1,2,3,4}, Francisco Corte-Real^{4,5,6}, Jorge Costa Santos^{4,7,8}, Duarte Nuno Vieira^{4,6,9}

1. Introdução

A deficiente realização de um exame médico-legal e/ou a elaboração pouco cuidada e rigorosa do respectivo relatório pericial, podem colocar em causa o valor médico-legal da perícia. Tendo em consideração este facto e porque compete ao Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. (INML), garantir a qualidade das perícias realizadas, elaboraram-se um conjunto de recomendações e orientações, as quais pretendem auxiliar os peritos envolvidos nesta actividade a elaborarem, com correcção e rigor, relatórios periciais de Clínica Forense no âmbito do Direito Penal.

Assim, são objectivos do presente trabalho, ajudar a identificar, descrever, interpretar e valorar os danos temporários e permanentes, para as perícias que decorrem no âmbito do Direito Penal, no contexto das regras definidas no Direito Penal Português, nomeadamente do previsto no art.º 144º do Código Penal, tendo em vista contribuir, através de uma detalhada e fundamentada análise técnico-científica da situação, para o melhor esclarecimento da Justiça.

* Normas aprovadas pelo Conselho Directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. em 25.11.2009 e ratificadas pelo Colégio de Especialidade da Ordem dos Médicos.

¹ Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.

² Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

³ Instituto Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto

⁴ Centro de Ciências Forenses – Fundação para a Ciência e Tecnologia

⁵ Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.

⁶ Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

⁷ Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.

⁸ Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

⁹ Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.

O âmbito destas recomendações é, pois, a perícia médico-legal para avaliação do dano na pessoa (classicamente designado por dano corporal), em sede de Direito Penal. Esta directiva aplica-se aos exames periciais efectuados nos serviços médico-legais (Delegações e gabinetes médico-legais do INML) e aos exames periciais efectuados por médicos contratados para o exercício de funções periciais junto dos tribunais.

2. Recomendações

Depois da descrição do dano no relatório pericial, importa que no relatório pericial se proceda à sua interpretação e valoração no contexto das regras que orientam a avaliação do dano corporal em Direito Penal. Avaliam-se, assim, os danos atendendo ao previsto no Código Penal Português, designadamente no seu art.º 144º (*“Ofensa à integridade física grave”*), devendo esta avaliação ser, como sempre, isenta, imparcial e o mais objectiva e fundamentada possível.

Dada a simplicidade do ponto de vista clínico da maioria das situações nos casos de ofensas à integridade física, nem sempre se justificará a fundamentação dos diversos parâmetros de dano através de um capítulo de “Discussão”, podendo frequentemente surgir a referência a tais danos directamente na “Conclusão”. Deverá, contudo, proceder-se a uma clara fundamentação da valorização dos danos, efectuada num capítulo de “Discussão”, sempre que uma eventual complexidade dos mesmos o justifique, nomeadamente quando estiverem em causa os danos contemplados nas alíneas do art.º 144º, a saber: *“Quem ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa de forma a:*

- a) Privá-lo de importante órgão ou membro, ou a desfigurá-lo grave e permanentemente;*
- b) Tirar-lhe ou afectar-lhe, de maneira grave, a capacidade de trabalho, as capacidades intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem;*
- c) Provocar-lhe doença particularmente dolorosa ou permanente, ou anomalia psíquica grave ou incurável; ou*
- d) Provocar-lhe perigo para a vida; (...)”*

a) Quanto à primeira alínea

- A “privação” traduz-se não apenas na privação anatómica mas, também, na privação ou afectação grave da função do órgão ou membro. Os órgãos e membros contemplados neste artigo serão aqueles que funcionalmente sejam relevantes, podendo a sua “privação” ser total

ou parcial, temporária ou permanente. A importância é susceptível de ser valorizada através da descrição pormenorizada das consequências da sua produção, incluindo o efeito nas situações concretas da vida da vítima (gerais e profissionais).

- A “desfiguração”, a que está subjacente a noção de dano estético, deve ser avaliada quanto ao seu carácter de permanência (susceptibilidade de ser alterada com o tempo ou através de uma intervenção médico-cirúrgica) e quanto à sua gravidade (apoiada numa descrição pormenorizada e na sua fotodocumentação, tendo em conta a extensão e visibilidade do dano, bem como a as circunstâncias pessoais da vítima que relevem para a sua situação específica no contexto relacional); apesar de se ter referido a questão da visibilidade, importa ter-se presente que a desfiguração não se limita ao rosto ou a zonas descobertas do corpo. Este dano não deve ser considerado apenas do ponto de vista estático (ex: cicatriz, amputação) mas, também, dinâmico (ex: claudicação importante na marcha, desvio da comissura labial com perturbação da mímica facial e da fala).

b) Quanto à segunda alínea

- O dano relativo à perda ou afectação das capacidades referidas nesta alínea tanto pode ser permanente como temporário.
- A capacidade para o trabalho deve ser entendida como a possibilidade de exercício da profissão da vítima, bem como de qualquer outra actividade não profissional.
- Deve constar dos relatórios periciais a informação relativa à afectação temporária da capacidade de trabalho (geral e profissional), quantificada em número de dias e, da mesma forma, a gravidade da afectação permanente da capacidade de trabalho (também geral e profissional).
- Quanto às perturbações das capacidades intelectuais, ou de procriação, ou da possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem, devem estas, por igual, ser descritas considerando os seus aspectos temporários e definitivos, bem como a gravidade da sua afectação (tendo em conta as respectivas repercussões concretas na vida do ofendido).

c) Quanto à terceira alínea

- A noção de “doença particularmente dolorosa” corresponde a uma situação clinicamente identificada como causadora de elevado sofrimento físico, podendo ser temporária ou permanente. A avaliação da intensidade

deste sofrimento pode ser feita através da descrição do tipo de lesões sofridas e dos tratamentos efectuados (nomeadamente da penosidade e morosidade envolvidas).

- A avaliação das “anomalias psíquicas” justifica sempre uma avaliação por psiquiatria forense, sendo fundamental, ainda que por vezes complexo, o estabelecimento do nexo de causalidade entre a agressão e a anomalia psíquica, que deverá ser fundamentado no relatório médico-legal.

d) Quanto à quarta alínea

- Em termos gerais, a noção do “perigo para a vida” implica duas outras noções, o perigo concreto e o perigo potencial (abstracto). Deve entender-se que existe perigo concreto para a vida apenas quando se verifica “(...) um perigo sério, actual, efectivo e não remoto ou meramente presumido, para a vida do lesado”, aqui se compreendendo as situações que correspondem à formulação clínica de um “prognóstico reservado” (ex.: choque, coma profundo, insuficiência renal aguda).
- A referência à intenção de matar não compete ao perito médico, nem mesmo através de uma mera presunção médico-legal, outrora usada. Compete-lhe sim, e apenas, fornecer à Justiça os elementos objectivos colhidos na perícia e que possam ser relevantes na decisão a tomar pelo Juiz, cabendo inequivocamente a este e só a ele, na posse da totalidade dos elementos probatórios (periciais e extra-periciais), a responsabilidade de decisão nesta matéria. O papel do perito será, repete-se, apenas o de se pronunciar sobre a adequabilidade de determinado facto - em regra, uma agressão - a produzir determinado resultado e o de facultar os elementos que ajudem a decidir. Por outras palavras, deverá o perito indicar a sede do ferimento ou do traumatismo (por exemplo se foi atingida região que aloja órgão ou órgãos essenciais à vida, como o tórax ou a cabeça), as características das lesões e a violência que denotam na sua produção (ex: número, extensão e profundidade), o instrumento que terá sido utilizado e a sua adequação à produção da morte da vítima face à região atingida e tipo de lesão.

Note-se que no contexto da avaliação do dano corporal em Direito Penal e das conclusões que importa consignar no respectivo relatório pericial, se impõe que o perito se pronuncie quanto à natureza do instrumento ou instrumentos que produziram as lesões e quanto aos dias que estas demandaram para a cura ou consolidação, assunto já abordado a propósito da segunda alínea do art.º 144º.

Refira-se ainda que nos casos em que o tribunal entenda solicitar uma avaliação do grau de afectação da integridade físico-psíquica (anteriormente designada por incapacidade permanente parcial) deve informar-se que: *“O grau de afectação da integridade físico-psíquica (anteriormente designada incapacidade permanente geral) corresponde apenas a uma parte dos danos avaliáveis e reparáveis em sede de Direito Civil e não integra, à luz das *leges artis* da actuação pericial, o elenco de danos avaliáveis no âmbito de perícias concretizadas em Direito Penal. Assim, só uma perícia de avaliação do dano corporal concretizada em Direito Civil, poderá permitir dar cumprimento ao princípio jurídico da reparação integral do dano vigente e responder plenamente ao solicitado. Fazê-lo em sede de uma perícia em Direito Penal representaria uma violação das *leges artis*. Sob o ponto de vista médico-legal, justificar-se-á pois a realização de uma perícia de avaliação do dano corporal no âmbito do Direito Civil, tendo em vista o cumprimento daquele princípio e a resposta ao solicitado. O Tribunal decidirá”*.

No caso dos handicaps importantes e graves deve efectuar-se uma perícia muito descritiva, podendo recorrer-se ao *Inventário de Avaliação do Dano Corporal*.

Idealmente, esta perícia deverá ser multidisciplinar e concretizada no meio de vida da vítima (domicílio e local de trabalho), devendo também incluir uma avaliação médica (análise das sequelas orgânicas, funcionais e, muito particularmente, situacionais) e uma avaliação das necessidades por técnicos especializados, tendo sempre em conta a capacidade restante e a autonomia com e sem ajudas técnicas. A avaliação destas necessidades pode ser requerida, a entidades para o efeito competentes, designadamente ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, ou a entidades com as quais o INML tenha protocolo, como o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (marcando o exame directamente neste caso), podendo ser solicitadas através do tribunal, no primeiro caso, ou directamente pela Delegação, no segundo caso, sempre mediante a fundamentação do pedido e a descrição do objectivo desses exames. Não sendo possível a concretização da perícia nestas condições, deve o perito procurar reconstituir todas as condições do meio de vida da vítima e das exigências e condições do seu local de trabalho, de forma a poder proceder a uma avaliação o mais próxima possível da realidade.

Referências

- Magalhães T, Pinto da Costa D, Corte-Real F, Vieira D. Avaliação do dano corporal em Direito Penal. Breves reflexões metodológicas, *Revista de Direito Penal* 2003; II (1): 63-82.
- Oliveira Sá F. As ofensas corporais no Código Penal: uma perspectiva médico-legal. Análise de um workshop. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal* 1991; 3:409-43.

Resumo: Recomendações gerais para a realização de relatórios periciais de clínica forense no âmbito do direito penal

Os autores apresentam as recomendações gerais para a realização de relatórios periciais de Clínica Forense no âmbito do Direito Penal, que aprovaram a nível do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.

Palavras-chave: Relatório pericial; clínica forense; dano corporal; Direito Penal; boas-práticas.

Summary: General recommendations to perform clinical forensic medicine reports related with bodily harm assessment in penal law

Authors present the general recommendations which were approved by the Directive Council of the National Institute of Legal Medicine, to perform Clinical Forensic Medicine reports related with bodily harm assessment in Penal Law.

Key-words: Forensic report; clinical forensic medicine; bodily harm; Penal Law; good-practice.

Résumé: Recommandations générales pour la réalisation de rapports de clinique médico-légale concernant le dommage corporel post-traumatique dans la cadre du droit pénal

Les auteurs présentent les recommandations générales qu'ils ont approuvé au niveau du Conseil Directive de l'Institut National de Médecine Légale pour la réalisation de rapports de clinique médico-légale concernant le dommage corporel post-traumatique dans la cadre du droit pénal.

Mots-clés: Rapport médico-légal; clinique médico-légale; dommage corporel; droit pénal; bonnes-pratiques.

Pedido de separatas:

TERESA MAGALHÃES

imlfmup@gmail.com